

D E C R E T O Nº 1.018, DE 21 DE MAIO DE 2004.

Concede tratamento tributário que especifica às operações realizadas pela empresa ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando a Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 5.615, de 29 de outubro de 2002;

Considerando o disposto no Decreto nº 1.017, de 21 de maio de 2004, que homologa a Resolução nº 89, de 18 de dezembro de 2003, da Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica diferido o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas aquisições internas de matéria-prima e nas prestações de serviço de transporte vinculadas à operação destinada ao processo produtivo da empresa ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.204.113-3.

~~Parágrafo único. O pagamento do imposto diferido será exigido englobadamente na subsequente saída tributada.~~

Art. 2º Fica concedido crédito presumido nos percentuais abaixo, calculado sobre o débito fiscal do ICMS, nas saídas dos produtos fabricados neste Estado pela empresa ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS sob o nº 15.204.113-3:

I - nas saídas internas, 88% (oitenta e oito por cento), de forma que a carga tributária líquida resulte em 2,04% (dois inteiros e quatro centésimos por cento);

II - nas saídas interestaduais, 86,166% (oitenta e seis inteiros e cento e sessenta e seis milésimos por cento), de forma que a carga tributária líquida resulte em 1,66% (um inteiro e sessenta e seis centésimos por cento).

§ 1º É vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos, devendo, inclusive, ser estornado qualquer resíduo de crédito, ainda que a empresa efetue saídas para o exterior.

§ 2º A apropriação do crédito presumido far-se-á diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, no campo "Outros Créditos", seguida da observação: "Crédito presumido conforme o Decreto nº 1.018, de 21/5/04".

§ 3º A apuração do ICMS devido dos produtos a que se refere o caput deste artigo deverá ser efetuada em separado das demais mercadorias não-beneficiadas, em folhas distintas, no livro Registro de Apuração do ICMS.

Art. 3º A Nota Fiscal, na respectiva operação, será emitida pela alíquota estabelecida para cada caso, observados os critérios de cálculos previstos na legislação estadual.

Art. 4º Ficam isentas do ICMS, relativamente ao pagamento do diferencial de alíquotas, as aquisições de máquinas e equipamentos nacionais destinados ao ativo imobilizado da empresa, constantes do Anexo Único.

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo será concedida, em cada caso, por despacho do Secretário Executivo de Estado da Fazenda, mediante requerimento instruído, obrigatoriamente, com a cópia das Notas Fiscais das máquinas e equipamentos adquiridos com a respectiva classificação fiscal; não havendo a indicação desta, deverão ser informadas pelo contribuinte as nomenclaturas correlativas das mercadorias.

§ 2º O benefício fiscal relativo ao diferencial de alíquotas não terá efeito retroativo em relação às máquinas e equipamentos adquiridos antes da vigência deste Decreto.

Art. 5º O disposto neste Decreto não se aplica às operações sujeitas ao regime de substituição tributária com retenção do imposto.

Art. 6º O benefício fiscal previsto neste Decreto será automaticamente revogado e todos os seus efeitos serão considerados nulos, tornando-se devido o imposto corrigido monetariamente e acrescido das penalidades legais, na hipótese de descumprimento:

I - dos programas de produção anual e de investimentos aprovados pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;

II - das metas constantes do Parecer do Grupo de Avaliação e Análise de Projetos - GAAP e seus respectivos prazos aprovados pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;

III - do disposto na Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, e no Decreto nº 5.615, de 29 de outubro de 2002, especialmente os arts. 16 e 24, respectivamente;

IV - dos benefícios sociais aos empregados e à comunidade, conforme o art. 12, inciso I, alínea "b", do Decreto nº 5.615, de 2002.

Art. 7º A empresa ESTALEIRO RIO MAGUARI S/A fica obrigada a fixar, em frente à instalação física de seu empreendimento, placa de promoção e divulgação, conforme modelo aprovado pela Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, produzindo efeitos por 12 (doze) anos.

PALÁCIO DO GOVERNO, 21 de maio de 2004.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária Especial de Estado de Gestão

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo de Estado da Fazenda

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 1.018, DE 21-5-2004.

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	NCM
1	02	Compressor a ar tipo parafuso - jato	8414.40.10
2	25	Compressor profissional WTV20G/250 Plasma	8414.40.90
3	10	Conjunto de atracadores hidráulicos	8467.99.00
4	05	Conjunto plasmacorte PCM 1000 i	8461.40.19
5	20	Conjunto plasmacorte PCM 875 i	8461.40.19
6	03	Equipamento de pintura AIRLESS	8707.90.00
7	01	Guindastes MD30 27 t c/ caminhão MB2638 - 54	8426.91.00
8	01	Guindaste hidráulico MD45	8426.49.00
9	20	Máscara de soldador EYE TECH AUTORAMA	8515.39.00
10	01	Mesa de corte Sabre 2000	8463.10.90
11	06	Nível a Laser Robliner RC 300	8468.90.90
12	30	Regulador de argônio ref. 801 - 30 L	8468.90.90
13	30	Regulador de oxigênio ref. 829	8468.90.90
14	30	Regulador de propano ref. 829 P3	8468.90.90
15	03	Rosqueadeira de tubos 1/2" a 4", elétrica	8463.20.90
16	05	Serra de fita horizontal SR - 300	8467.22.00
17	02	Tartaruga protátil de corte ref. Quick	8461.50.90
18	04	Pórtico rolante c/talha	8486.29.00

DOE Nº 30.202, de 28/05/2004.